

Narratividade e objetividade na Ciência Histórica

Jörn Rüsen*

Resumo – O artigo procura mostrar como no decorrer do tempo se deu o confronto entre tendências objetivistas e subjetivistas no pensamento histórico, resultando na ambição de elevar a História à categoria de uma ciência objetiva, por um lado, e na tentativa de reduzi-la a uma narração puramente subjetiva, por outro lado. O autor procura intermediar entre essas duas tendências aparentemente irreconciliáveis.

Abstract: The article describes the confrontation between objectivistic and subjectivistic tendencies in historical thought, where the first tried to give to History the status of an objective science, and the later reduced it to an act of poetry. The author tries to intermediate between the two tendencies apparently irreconcilables.

Palavras-chave – Ciência Histórica – Objetividade histórica – Narração histórica.

Key words – Historical science – Historical objectivity – Historical narration.

1 O problema

Narratividade e objetividade são características do pensamento histórico que parecem excluir-se mutuamente. A categoria da narratividade aproxima o pensamento histórico – e com ele a Ciência Histórica – da Literatura. Ela se refere ao caráter literário da escrita da História e aos fenômenos e princípios lingüísticos que transformam a

* Ex-professor das Universidades de Bochum e de Bielefeld. Desde 1997, Presidente do Kulturwissenschaftliches Institut no Wissenschaftszentrum Nordrhein-Westfalen, em Essen, Alemanha. A tradução do texto é de René E. Gertz.

História numa representação do passado com sentido para as práticas culturais da memória histórica. A categoria da objetividade se refere, em contrapartida, a um determinado tipo de conhecimento histórico que é buscado através de procedimentos de pesquisa regulamentados, lhe garante um alto grau de validade e o coloca acima das opiniões arbitrárias.

A *Historik*¹ – a reflexão sobre os fundamentos do pensamento histórico e da escrita da História – se preocupou há muito tempo com esses princípios e desencadeou discussões em torno deles.² Numa perspectiva histórica, seu discurso meta-histórico pode ser classificado de acordo com a seguinte distinção, mesmo que pouco nuançada: na tradição pré-moderna da Retórica a obra dos historiadores foi discutida como prática literária da narração orientada por critérios de verdade; no processo modernizante da racionalização, no qual a História se transformou numa disciplina acadêmica, esses critérios de verdade adquiriram a forma elaborada de um sistema de regras de pesquisa que garantem a objetividade do conhecimento histórico conquistado através delas (por objetividade entende-se uma validade geral do conhecimento histórico baseada em sua referenciação à vivência da vivência e à racionalidade do tratamento cognitivo dessa vivência); no discurso da pós-modernidade esse posicionamento foi criticado como falsa consciência (o fato de se atentar primordialmente para a racionalidade do conhecimento manteria ocultos os processos linguísticos da narração, que constituem a peculiaridade da História como construção mental e mediante os quais o passado é representado para fins culturais da vida contemporânea).³

¹ Na ausência de uma palavra adequada em português, mantém-se a palavra original, cujo significado é explicado pelo próprio autor. Este sugeriu como alternativa “Meta-História” (Hayden White) (N. T.).

² Cf. Blanke, Horst Walter. “Von Chrytaeus zu Gatterer. Eine Skizze der Historik in Deutschland vom Humanismus bis zur Spätaufklärung”. In: Blanke, Horst Walter & Fleischer, Dirk (eds.), *Aufklärung und Historik. Aufsätze zur Entwicklung der Geschichtswissenschaft, Kirchengeschichte und Geschichtstheorie in der deutschen Aufklärung*. Waltrop, 1991, p. 113-140. Pandel, Hans-Jürgen. *Historik und Didaktik. Das Problem historiographisch erzeugten Wissens in der deutschen Geschichtswissenschaft von der Spätaufklärung zum Frühhistorismus (1765-1830)*. Stuttgart-Bad Cannstatt, 1990 (Fundamenta Historica, v. 2). Agradeço a Jan-Holger Kirsch pelo valioso auxílio na elaboração redacional do texto.

³ Um texto central a respeito é o de Barthes, Roland. “O discurso da História”. In: Barthes, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo, 1988, p. 145-157.

O discurso pré-moderno dedicava atenção especial à relação entre os historiadores e seu público. Ele destacava os princípios morais que orientam a visão histórica e tornam o passado significativo para o presente. Esses princípios transformavam a representação do passado em uma mensagem moral, que colocava seus destinatários em condições de compreender e aplicar as regras da vida humana na prática. O discurso moderno sobre a História baseia-se na crítica dessa concepção moralista e concentra sua atenção na relação entre os historiadores como sujeitos do conhecimento e a vivência do passado, a qual se encontra disponível para a pesquisa nas fontes. A *Historik* – o meio de autocertificação reflexiva do pensamento histórico que se transformara em ciência especializada – destacava a competência profissional dos historiadores em explorar a vivência histórica através da racionalidade metodológica da pesquisa. A conhecida expressão de Ranke indica essa mudança de interesse na autopercepção dos historiadores: ele pretendia “apenas mostrar como realmente foi”⁴.

Com o surgimento da Ciência Histórica como disciplina acadêmica e com sua ambição de introduzir padrões científicos no conhecimento histórico, a *Historik* adquiriu uma função dupla⁵: ela deveria legitimar o caráter acadêmico da profissão dos historiadores, explicitando a configuração “científica” do conhecimento histórico através da pesquisa, destacando ao mesmo tempo a peculiaridade da Ciência Histórica, que a diferenciava das outras disciplinas acadêmicas, em especial das Ciências Naturais. É verdade que houve, sempre de novo, tentativas de modelar a Ciência Histórica de acordo com o padrão das Ciências Naturais. Mas a maioria dos historiadores elaborou e cultivou uma autocompreensão de sua condição de cientista e de sua disciplina que atribuía importância fundamental à peculiaridade e ao caráter único do pensamento histórico. O princípio da narratividade iniciou seu caminho vitorioso na *Historik* como critério dessa peculiaridade e diferenciação. Através desse princípio podia-se (e ainda se pode) mostrar e fundamentar que e por que o pensamento histórico persegue uma outra estratégia de explicação do que aquele modo de pensar científico pelo qual, para dar-se uma explicação, deve-se passar pelo desenvolvimento e pela aplicação de regularidades.

⁴ Ranke, Leopoldo von. *Geschichte der romanischen und germanischen Völker von 1414 bis 1514*. Leipzig, 1885, p. VII (Sämtliche Werke, v. 33).

⁵ Cf. Rüsen, Jörn. *Konfigurationen des Historismus. Studien zur deutschen Wissenschaftskultur*. Frankfurt/M, 1993, p. 29-94.

Essa tematização do pensamento histórico focando a narratividade, no entanto, levou simultaneamente a uma quase perda total do tradicional princípio de objetividade da Ciência Histórica. Essa é a razão principal por que historiadoras e historiadores profissionais acompanharam com relativa desconfiança a fundamentação e explicação histórico-teóricas do caráter narrativo do conhecimento histórico. É verdade que nunca conseguiram substituir o princípio da narratividade por algum outro que permitisse que a mesma diferenciação pudesse ser feita, mas com maior plausibilidade. Mas eles não conseguiram convencer-se de que as conquistas cognitivas que a História apresenta como ciência pudessem ser suficientemente explicitadas e fundamentadas através de uma teoria da História que enxergava no ato de narrar uma história o paradigma do conhecimento histórico.⁶

A situação atual da Ciência Histórica caracteriza-se, portanto, por uma relação perturbadora entre os padrões disciplinares do conhecimento histórico na autocompreensão das historiadoras e dos historiadores profissionais e a explicação histórico-teórica dos princípios desse conhecimento. De um lado, estão a clareza histórico-teórica e a não-ambivalência da narratividade como princípio do pensamento histórico que precede e fundamenta a objetividade científica da representação do passado como História e que faz parecer problemáticas as ambições de validade ligadas ao princípio da objetividade. Por outro lado, a prática da História acadêmica está determinada por posicionamentos científicos e procedimentos epistemológicos que fazem com que as historiadoras e os historiadores profissionais desenvolvam seu trabalho de pesquisa e sua escrita da História comprometidos com uma rígida racionalidade metodológica. É essa racionalidade do método que confere ao conhecimento histórico, conquistado através da pesquisa e apresentado na historiografia, sua validade objetiva.

As reflexões que seguem pretendem estabelecer uma intermediação entre essas duas concepções e perspectivas do pensamento histórico. Para isso gostaria de delinear primeiramente os argumentos mais importantes que acentuam a estrutura narrativa do conhecimento histórico e com isso criticam concepções insustentáveis de objetividade

⁶ Exemplo típico é Kocka, Jürgen. "Um retorno à narração? Em defesa de uma argumentação histórica". *História: questões e debates*, v. 13, n. 24, 1996, p. 56-77.

histórica. E, num segundo momento, gostaria de tentar mostrar que objetividade histórica pode ser reformulada e fundamentada no âmbito de uma teoria narrativa da Ciência Histórica e assim transformar-se em um pensamento histórico com ambições tipicamente científicas.

2 O que é objetividade?

Objetividade representa uma limitação à interpretação histórica.⁷ Ela constitui um critério de validade que torna o pensamento histórico e a historiografia plausíveis, isto é, ela pressupõe uma ambição de verdade intimamente relacionada com a racionalização do pensamento histórico e com seu caráter científico. Verdade sempre se constituiu em um dever da historiografia. Na tradição retórica pré-moderna da *Historik*, verdade era entendida como posicionamento moral daqueles que escreviam História e como princípio retórico de sua escrita da História, prescrita de forma normativa para os historiadores. Verdade era apresentada como antídoto de preconceitos e deformações da perspectiva histórica tal qual ela se apresenta nas representações do passado que partem de um partidarismo unilateral em favor de um grupo ou também de um sujeito agindo individualmente. Além disso, ela se opunha à utilização de elementos ficcionais na representação histórica. Dizer a verdade sobre o passado aparecia como assunto exclusivo do livre arbítrio de quem se manifestasse sobre ele. Limitações eram impostas pelas regras morais. Elas exerciam simultaneamente o papel de diretrizes para o trabalho historiográfico, para o entendimento do passado e para a aplicação do saber histórico às circunstâncias contemporâneas da prática de vida humana e às expectativas em relação ao futuro. Em seu livro *Como se escreve História* diz Luciano de Samosata (ca. 120-180) que a História só teria uma tarefa

⁷ Cf. Rüsen, Jörn (ed.). *Historische Objektivität. Aufsätze zur Geschichtstheorie*. Göttingen, 1975. Rüsen, Jörn. *Historische Vernunft. Grundzüge einer Historik I: Die Grundlagen der Geschichtswissenschaft*. Göttingen, 1983, p. 85 e segs. Nipperday, Thomas. "Kann Geschichte objektiv sein?" In: Nipperday, Thomas. *Nachdenken über die deutsche Geschichte. Essays*. 2. ed., Munique, 1986, p. 218-234. Rüsen, Jörn. *Studies in Metahistory*. Pretória, 1993, p. 49 e segs. (Human Science Research Council). Megill, Allan (ed.). *Rethinking objectivity I, II* (Annals of Scholarship, v. 8, n. 3-4; v. 9, n. 1-2). Webermann, David. *Historische Objektivität*. Frankfurt/M, 1991.

e um objetivo, isto é, ser útil, e que o historiador só poderia alcançar esse objetivo apresentando a verdade.⁸ Essa utilidade, que a História tem por causa do compromisso com a verdade de parte daqueles que a escrevem, é totalmente prático-moral: *historia vitae magistra*. A História ensina as regras da vida humana, acumulando vivências que vão muito além do horizonte das vidas individuais, contextualizando-as e gerando a partir delas regras de agir impregnadas pela experiência prática. A representação da História conduz à “sabedoria” (*prudentia, frónesis*), isto é, à competência para organizar a prática de vida de acordo com regras gerais derivadas de vivências acumuladas. Conhecimento histórico produz competência para estabelecer regras. A historiografia é capaz e está comprometida em produzir essa competência pragmática e moral, organizando a vivência do passado na forma de uma narração que tenha uma “moral”, uma mensagem na forma de regras gerais e princípios embasados na vivência do agir humano. O pensamento histórico ambiciona a verdade a fim de concretizar essa relação com a vivência.

Esse paradigma que se referencia à vivência está na sabedoria de pessoas idosas em sociedades pré-modernas: como elas, no decorrer de suas vidas, passaram por e se confrontaram com muitas vivências, estão qualificadas a presidir e orientar a vida atual de seu grupo social. Orientar significa: compreender e lidar com problemas práticos através do conhecimento de realidades humanas acumuladas na vivência de uma longa vida. História é vista como uma tal força orientadora da vida humana e o historiador é um especialista da vivência acumulada nos arquivos da memória coletiva. Assim, História pôde, por exemplo, ser definida da seguinte forma (por Viperano, no discurso dos humanistas): “*rerum gestarum ad docendum usum rerum syncera illustrisque narratio*” (uma narrativa autêntica e iluminada de ações humanas com o objetivo de ensinar como lidar com elas).⁹

⁸ Samosate, L. *Wie man Geschichte schreiben soll*. Munique, 1905, § 9, p. 107 (editado por H. Homeyer).

⁹ Kessler, Eckhard. *Theoretiker humanistischer Geschichtsschreibung*. Munique, 1971, p. 19, nota 57 (Viperano I, 7A, p. 13, 10 e segs.). Cf. a excelente introdução de Kessler em “Geschichte, menschliche Praxis oder kritische Wissenschaft? Zur Theorie humanistischer Geschichtsschreibung”. In: *ibid.*, p. 7-47. Kessler, Eckhard. “Das rhetorische Modell der Historiographie”. In: Koselleck, Reinhard & Lutz, Heinrich & Rüsen, Jörn (eds.). *Formen der Geschichtsschreibung*. Munique, 1982, p. 37-85 (Beiträge zur Historik, v. 4).

Objetividade é algo diferente do que essa verdade prática de História útil. Ela se refere a uma determinada relação da representação histórica com a vivência do passado. A citada frase de Ranke exprime claramente que essa relação não se organiza em primeiro lugar de acordo com os princípios da *prudencia* (competência para estabelecer regras), mas de acordo com o princípio metodológico da pesquisa como processo de conhecimento. Ranke se empenhou por uma mudança fundamental na concepção dos critérios básicos da verdade na historiografia. Essa mudança faz parte das transformações estruturais do pensamento histórico ocorridas na segunda metade do século XIX.¹⁰ Aqui começa a modernização do pensamento histórico que, a nível dos seus princípios, se processa de duas formas: por um lado, ela ocorreu ali onde a vivência do tempo se organiza como História no nível das categorias; foi desenvolvida uma nova categoria de História. História passa a ser entendida como um processo abrangente da mudança temporal do mundo humano.¹¹ Em segundo lugar, o moderno pensamento histórico surge através do desenvolvimento da racionalidade metodológica como estratégia de conhecimento no trato com a vivência do passado. A nova categoria “da” História define o âmbito do objeto do conhecimento histórico e da historiografia como um âmbito especial da realidade: a História é o verdadeiro mundo humano na dimensão do tempo. Isso é mais do que uma história no sentido de uma narração, ou seja, uma pré-figuração do mundo humano que possibilita ao historiador tornar presente o passado na forma de uma história. Objetividade significa que a *prudencia*, que no período pré-moderno era narrada nas verdadeiras histórias dos historiadores, transformou-se agora em uma realidade do mundo dada.

¹⁰ Rösen, *Konfigurationen...*, p. 29 e segs. Blanke, Horst Walter. *Historiographiegeschichte als Historik*. Stuttgart-Bad Cannstatt, 1991 (Fundamenta Historica, vol. 3). Kütter, Wolfgang & Rösen, Jörn & Schulin, Ernst (eds.). *Anfänge modernen historischen Denkens*. Frankfurt/M, 1994.

¹¹ A esse respeito cf. sobretudo Koselleck, Reinhardt. “Historia Magistra Vitae. Über die Auflösung des Topos im Horizont neuzeitlich bewegter Geschichte”. In: Koselleck, Reinhardt. *Vergangene Zukunft. Zur Semantik geschichtlicher Zeiten*. Frankfurt/M, 1979, p. 38-66. Koselleck, Reinhardt & Meier, Christian & Engels, Odilo & Günther, Horst. “Geschichte, Historie”. In: Brumer, Otto & Conze, Werner & Koselleck, Reinhardt (eds.). *Geschichtliche Grundbegriffe. Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland*. Stuttgart, 1975, p. 593-717 (v. 2).

O lema de Ranke, que exprime a nova ambição de objetividade do pensamento histórico, pressupõe uma determinada Filosofia da História: História é a realidade temporal do mundo humano; ela é uma relação interna das transformações temporais, a qual constitui um elemento dado para os historiadores como parte da vivência. Os historiadores devem representar em sua escrita da História essa estrutura histórica dada do mundo humano. Eles relatam “como realmente foi”. Essa “verdadeira” realidade é mais do que uma seqüência de acontecimentos e transformações no passado, tal qual são relatados nas fontes – ela constitui um sentido real em si mesmo perpassando a mudança temporal do homem e de seu mundo no passado, presente e futuro. Essa “verdadeira” História é desbravada pelos historiadores na forma de um processo cognitivo que exige competência profissional através de um procedimento de pesquisa com as fontes. No transcurso temporal dos acontecimentos e das transformações no passado manifesta-se uma estrutura histórica de profundidade do mundo humano. Essa estrutura – chamada História – é constituída por “causas motivadoras” da mudança temporal do mundo humano.¹² São essas “causas motivadoras” que ontologicamente constituem a realidade da História. Essa realidade da História está dada na vivência histórica e pode ser trazida à luz pela pesquisa histórica a partir dos resíduos do passado.

A categoria “da História” e a racionalidade da pesquisa histórica estão, portanto, intimamente ligadas. A primeira constitui o pressuposto ontológico para os procedimentos cognitivos da segunda. A ambição de objetividade, muito prestigiada, com que os historiadores exerciam sua profissão como sacerdotes da nação¹³ baseava-se na confiança semi-religiosa e metafísica de que o intelecto humano pode, através de procedimentos racionais, apreender a História como estrutura real do mundo humano na seqüência temporal dos acontecimentos e das transformações no passado.¹⁴

¹² Cf. Humboldt, Wilhelm von. “Betrachtungen über die bewegenden Ursachen der Weltgeschichte”. In: Humboldt, Wilhelm von. *Werke* (vol. 1: Schriften zur Anthropologie und Geschichte). Darmstadt, 1960, p. 578-584 (editado por Andreas Flitner e Klaus Giel). (Na *Akademieausgabe II*, p. 360-366).

¹³ Weber, Wolfgang. *Priester der Clio. Historisch-sozialwissenschaftliche Studien zur Herkunft und Karriere deutscher Historiker, 1800-1970*. 2. ed., Frankfurt/M, 1987.

¹⁴ Rösen, Jörn. “Historische Methode und religiöser Sinn – Vorüberlegungen zu einer Didaktik der Rationalisierung des historischen Denkens in der Moderne”. In: Küttler & Rösen & Schulin, op. cit., p. 344-380.

Um famoso documento concebido dentro do espírito dessa ambição de objetividade é o discurso de posse de Humboldt na Academia com o título “Über die Aufgabe des Geschichtsschreibers” (Sobre a tarefa do historiador) (1821).¹⁵ Aqui a ambição da objetividade é expressa em sua forma histórica como “uma coincidência original e pré-existente entre o sujeito e o objeto”.¹⁶ “Coincidência pré-existente” significa que a História como essência do objeto do pensamento histórico – a realidade temporal do mundo humano – é constituída ontologicamente através de forças espirituais (“idéias”), que atuam porque o agir humano está determinado por um sentido. É a mesma força mental que, do outro lado, impulsiona o espírito humano nos seus interesses epistemológicos em sua aproximação cognitiva da vivência do passado, transformando-a em conhecimento histórico. O espírito do conhecimento presente na vivência constitui, portanto, uma parte do espírito da realidade histórica dada pela própria vivência. Os interesses epistemológicos constituem uma parte das forças mentais que representam a História que é objeto do conhecimento. Pode-se, por isso, afirmar que a própria História fala através dos historiadores, que a escrita da História representa a realidade interna da História como uma forma dada e abrangente da vida humana. Essa concepção da relação entre conhecimento histórico e História reconhecida está na base da tradicional ambição de objetividade da Ciência Histórica (em sua variante histórica). A epistemologia dessa ambição, que unifica o sujeito e o objeto do conhecimento histórico na força motriz universal do espírito humano, baseia-se numa Filosofia da História que permite ver a História como movimento temporal do espírito humano na realidade do mundo humano.

A ambição tradicional de objetividade da Ciência Histórica baseia-se, portanto, numa Filosofia da História com implicações voltada para a epistemológicas. Ela estabelece que os limites que a interpretação deve observar no trato com o material encontrado nas fontes constitui a diretriz básica das regras metodológicas da pesquisa histórica, estabelecendo que a História é um movimento temporal do mundo humano construído através das forças mentais do agir humano. O conhecimento histórico com essas ambições de objetividade pode

¹⁵ Humboldt, Wilhelm von. “Über die Aufgabe des Geschichtsschreibers”. In: Humboldt, op. cit., p. 585-606 (na *Akademieausgabe* IV, p. 35-56).

¹⁶ *Ibid.*, p. 596 e segs. (na *Akademieausgabe* IV, p. 47).

exercer funções de orientação cultural da vida prática – em geral, política. A partir dele pode-se desenvolver uma perspectiva de futuro, que projeta a direção da mudança temporal do passado e, assim, apresenta a política – a ação direcionada para o futuro – como o outro lado do conhecimento histórico voltado para o passado.¹⁷ Ao mesmo tempo, a identidade coletiva daqueles a quem se dirige tal conhecimento histórico se fundamenta nas profundezas da própria realidade histórica em que as forças espirituais do agir humano atuam e representam o verdadeiro conteúdo de realidade da História.

3 Narratividade como dissolução de objetividade

Mesmo no contexto de uma concepção objetivista do conhecimento histórico, os elementos constitutivos da subjetividade, para os quais não havia lugar na concepção simplista do caráter puramente objetivo da História, não deixaram de aparecer. Muitos historiadores tinham plena consciência de que seu trabalho acadêmico influía na política – eles até participavam da política especificamente como historiadores. Para eles, essa participação não constituía um simples adicional externo às suas tarefas acadêmicas, mas eles a encaravam como fator constitutivo do próprio trabalho histórico, como elemento formador da estrutura cognitiva interna de sua escrita da História, indissociavelmente ligada à racionalidade metodológica de sua disciplina. O termo com que se designava a negação da objetividade pura e não afetada pela subjetividade era: partidarismo.¹⁸ Droysen polemizou contra a “objetividade eunuca”¹⁹ de uma Ciência Histórica que procurava assumir uma posição de neutralidade frente às lutas políticas que no seu tempo se desenvolviam em torno da identidade coletiva (em

¹⁷ Cf. a respeito o discurso de posse de Ranke em Berlim: “Über die Verwandtschaft und den Unterschied der Historie und der Politik”. In: Ranke, Leopold von. *Abhandlungen und Versuche* (Sämtliche Werke, v. 24). Leipzig, 1877, p. 280-293. Ali é dito, em resumo: “Assim, a tarefa da História consiste em apresentar a essência do Estado a partir das realidades anteriores e torná-lo compreensível; a tarefa da política, no entanto, é a de, após a compreensão e o conhecimento, desenvolvê-la e levá-la a bom termo” (p. 288 e seg.).

¹⁸ *Parteilichkeit*, em alemão (N. T.).

¹⁹ Droysen, Johann Gustav. *Historik*. Stuttgart-Bad Cannstatt, 1977, p. 236 (v. 1). Edição histórica feita por Peter Leyh.

geral: nacional) e nas quais a historiografia representava uma importante estratégia argumentativa. O mesmo valia para Sybel, Gervinus e outros.²⁰ Eles não detectavam qualquer argumento contra a ambição de objetividade de sua ciência n seu partidarismo em favor da luta política pela formação de identidades coletivas por intermédio da memória histórica. Pelo contrário, eles enxergavam nisso uma condição necessária da objetividade histórica. Para eles, o posicionamento dos historiadores na luta política de seu tempo era a condição para a abertura da perspectiva dentro da qual as eficientes forças mentais elaboram a História como forma temporal da realidade humana, a tornam visível e palpável, isto é, a tornam passível de uma abordagem cognitiva por parte de sua ciência.

A concepção de que objetividade pode ser constituída através de partidarismo está fundamentada na Filosofia idealista da História, que identifica as forças motoras mentais no interesse histórico dos historiadores com as forças mentais do agir humano que constroem História como realidade temporal da vida humana. A concepção marxista-leninista de objetividade através de partidarismo está comprometida com uma Filosofia de História e uma Teoria do Conhecimento semelhantes. Partidarismo na luta de classes constitui aqui condição necessária para um conhecimento objetivo da sociedade humana em geral e de seu desenvolvimento histórico em particular. Nas duas concepções de objetividade, porém, tanto na “burguesa” quanto na marxista, nem todo partidarismo conduz à objetividade, e sim apenas aquele sobre o qual se reflete, no qual os historiadores utilizam de uma maneira especial as possibilidades cognitivas do espírito humano: eles generalizam seu ponto de vista de tal forma que, no contexto político de sua obra, conseguem integrar os diversos interesses conflitantes num único interesse abrangente. Analogamente, as diferentes perspectivas decorrentes de posicionamentos diversos são integradas numa única perspectiva abrangente. Dentro desta perspectiva, a transformação do mundo humano no passado indica uma direção política que pode ser seguida em direção ao futuro. O reconhecimento dessa perspectiva

²⁰ Sybel, Heinrich. “Über den Stand der neueren deutschen Geschichtsschreibung” (1856). In: Sybell, Heinrich. *Kleine historische Schriften* (1863). 3. ed., Stuttgart, 1880, p. 355 e segs. Gervinus, Georg Gottfried. “Grundzüge der Historik” (1837). In: Gervinus, Georg Gottfried. *Schriften zur Literatur*. Berlin, 1962, p. 49-103 (editado por G. Erler). Cf. Rösen, Jörn. “Der Historiker als Parteimann des Schicksals” – Georg Gottfried Gervinus”. In: Rösen, *Konfigurationen...*, p. 157-225.

abrangente e da direção do desenvolvimento possibilita aos historiadores superar o partidarismo cego na luta pelo poder em seu contexto presente, neutralizando essa luta através de uma orientação comum das partes. Na concepção histórica clássica da Ciência Histórica esse posicionamento abrangente e a perspectiva que dele decorre foram concretizados na nação, que, com maior ou menor ênfase, era intermediada pela idéia de humanidade como princípio de comunicação internacional.

Dentro desse modo de pensar, o conhecimento histórico podia ser entendido como um processo mental com duas faces: uma face objetiva, que se refere às vivências do passado tal qual elas se apresentam nos resíduos, isto é, nas fontes, e uma face subjetiva, que se refere aos problemas de orientação da vida prática no presente. A uma dessas faces corresponde o objetivismo da crítica das fontes e ao outro o subjetivismo da participação dos historiadores na luta política do presente em torno da identidade coletiva no âmbito da memória histórica. As duas faces são intermediadas pela operação cognitiva da interpretação histórica. Só através da interpretação é que as informações seguras sobre as vivências obtidas por intermédio da crítica às fontes adquirem sua forma especificamente histórica e são integradas na estrutura lingüística de uma narração histórica, dentro da qual podem exercer seu papel na orientação cultural. Como operação metodológica da pesquisa histórica a interpretação representa a objetividade. Mas, por outro lado, ao representar uma perspectiva histórica na qual a vivência do passado está relacionada a problemas de orientação do presente, a interpretação traz, ao mesmo tempo, a subjetividade como contribuição constitutiva do conhecimento para dentro da construção dessa narração. Objetividade e subjetividade são duas faces da mesma coisa.

Com essa orientação bidirecional a interpretação histórica, como operação cognitiva decisiva da Ciência Histórica, se apresentava ambivalente e dúbia. No decorrer do seu desenvolvimento e na reflexão teórica e metodológica sobre as bases do conhecimento histórico sempre de novo se encontram duas tentativas diferentes para eliminar essa ambivalência e as dúvidas que ela originou:

1. Uma abordagem objetivista procurou direcionar a interpretação histórica para uma forma de conhecimento na qual a subjetividade dos historiadores (isto é, seu interesse no passado) pudesse ser superada ou neutralizada através de uma determinada concepção de História.

Essa concepção colocava a transformação temporal e o desenvolvimento do mundo humano no passado em categorias de uma situação empiricamente dada, que pode ser apreendida através de um conhecimento que é verdadeiro independente de qualquer interesse prático, de qualquer ponto de vista e de qualquer partidarismo. Muitas vezes os historiadores buscavam a estrutura cognitiva dessa História “objetiva” nas Ciências Sociais e ambicionavam, juntamente com as ambições dessas ciências, seguir as pegadas da lógica das Ciências Naturais, e com isso participar de sua eficiência e (mais tarde) também de seu prestígio cultural. Através desse procedimento, os historiadores pretendiam ter assegurado, no campo epistemológico, um sólido caráter científico para a Ciência Histórica. Exemplos desse tipo de estratégia são as tentativas de Lamprecht de superar o Historismo através de uma nova forma de Ciência Histórica entendida como Ciência Social; tentativas semelhantes encontramos no início da Escola dos *Annales*, e naturalmente também no marxismo e nas diferentes concepções positivistas; todos eles tentaram elevar a História ao “nível de uma ciência”.²¹

2. Na outra estratégia, a interpretação histórica é reconstruída epistemologicamente de tal forma que suas raízes na participação prática e nos interesses dos historiadores na vida de seu presente são aceitos, e com isso se admite um inevitável elemento de subjetividade. Ao mesmo tempo, porém, se dá destaque às regras metodológicas e aos instrumentos teóricos da interpretação histórica como garantia de validade intersubjetiva do conhecimento histórico. O exemplo mais conhecido dessa estratégia é representado pela interpretação de Max Weber sobre a objetividade e sua metodologia dos tipos-ideais.²²

A concepção objetivista do conhecimento histórico perdeu sua credibilidade. Sua função ideológica não pôde mais ser ignorada: era muito fácil apontar para os interesses subjetivos e a luta política que se escondiam por trás da História objetivada. Assim, objetividade como regra constitutiva da Ciência Histórica se tornou bastante secundária e foi substituída por narratividade como princípio do conhecimento e da consciência históricos dentro da discussão metodológica da *Historik*. Narratividade é uma concepção do pensamento histórico

²¹ Droysen, *Historik*, p. 451.

²² Weber, Max. “A objetividade do conhecimento nas Ciência e na Política Sociais”. In: Weber, Max. *Sobre a teoria das Ciências Sociais*. Lisboa, 1979, p. 7-111.

que explicita sua relação constitutiva com a prática cultural da memória e da formação de identidade coletivas. Ela mostra que o conhecimento histórico, por intermédio de sua forma narrativa, se encontra numa relação constitutiva com a vida prática e que ele apresenta peculiaridades em relação a outros tipos de conhecimento. A interpretação histórica está basicamente comprometida com a seguinte forma: ela deve enquadrar a informação empiricamente segura sobre o passado em uma narração, transformá-la em História. Somente sob essa forma a informação sobre o passado é especificamente “histórica” e somente sob essa forma o conhecimento histórico pode exercer sua função cultural.

O conhecimento histórico que é adquirido através do procedimento cognitivo que é a pesquisa metodologicamente regulamentada deve à narratividade qualificações que, no senso comum, são consideradas como negação evidente da objetividade: a saber, retrospectividade, perspectividade, seletividade e particularidade.²³

Retrospectividade significa que o acesso à vivência do passado é determinado por projeções do futuro que tendem a ultrapassar o horizonte dessa vivência do passado. A retrospectividade do pensamento histórico é como que a porta aberta através da qual elementos não-empíricos, interesses subjetivos, normas e valores, esperanças e medos entram na relação entre passado e presente, exercendo assim uma influência sobre a estrutura cognitiva do pensamento histórico que é determinada pela racionalidade metodológica.

Perspectividade convalida a relação constitutiva entre passado e presente representada na História, ela constitui o amálgama da perspectiva histórica com os problemas práticos de orientação que o historiador compartilha com seu tempo. Ela determina que o sentido e o significado históricos do passado dependem da posição dos historiadores na vida social.

Seletividade designa as conseqüências da retrospectividade no que se refere ao conteúdo vivencial do conhecimento histórico. Só determinado tipo e determinadas quantidades de informações existentes nas fontes são relevantes para a pesquisa, isto é, só aquilo que

²³ Cf. Füssmann, Klaus. “Historische Formungen. Dimensionen der Geschichtsdarstellung”. In: Füssmann, Klaus & Grütter, Heinrich Theodor & Rüsen, Jörn (eds.). *Historische Faszination. Geschichtskultur heute*. Colônia, 1994, p. 27-44, em especial, p. 32-35.

corresponde aos elementos subjetivamente dados de sentido e significado do passado para os problemas de orientação do presente. Os critérios seletivos provêm de normas e de valores que conferem sentido e significado ao passado e com isso o transformam em História. Somente no âmbito desse tipo de atribuição de sentido e de qualificação de significados o passado pode ser reconhecido como História.

Particularidade refere-se aos limites de acesso da interpretação histórica às vivências do passado. Ela liga de forma incisiva o conhecimento histórico aos objetivos de criação de identidade através da memória histórica. Como a identidade é fundamentalmente particular – ela sempre apresenta uma diferenciação em relação a outros –, também o conhecimento histórico como reflexo criador da constituição de identidade sempre é particular e exige, por isso, uma pluralidade de aproximações ao passado. Por isso ela corresponde à pluralidade de identidades e de dimensões de identidade e aos interesses e diferenciações da vida prática que lhe correspondem.

Através de sua retrospectividade, perspectividade, seletividade e particularidade o conhecimento histórico participa do discurso cultural, através do qual se procura obter elementos comuns e elementos diferenciais como resultados fundamentais da orientação cultural no mundo humano. Isso é válido sobretudo para relações sociais e para dominação política. Pode-se falar, por isso, de um princípio de *comunicatividade*, que estatui o conhecimento histórico como elemento desse discurso cultural. Ele organiza o discurso acadêmico no contexto político público como parte da luta cultural pelo poder. Em sua extensão comunicativa o pensamento histórico é determinado por poder e dominação. Ele os reflete da forma como a memória histórica percebe e interpreta o mundo humano. Somente no contexto dessa comunicação, a História, como passado presentificado, recebe vitalidade e poder como parte da vida presente. Se a gente confrontar a objetividade histórica com essa integração inevitável da História na vida prática dos homens, ela se transforma praticamente em seu oposto e aparece como meio cultural da luta política pelo poder com a força simbolizadora da cultura. Qualquer história da historiografia constitui um comprovante empírico para esse papel da Ciência Histórica.²⁴

²⁴ Isso é mostrado muito claramente (com uma tendência decididamente anti-objetiva) por Novick, Peter. *That noble dream. The "objectivity question" and the*

Existe um conceito-chave na discussão mais recente da *Historik* que indica para esse recuo da objetividade do campo da Ciência Histórica (ao menos na perspectiva da reflexão meta-histórica sobre os princípios constitutivos do conhecimento histórico): ficcionalidade. Ficcionalidade é o contra-conceito de objetividade no contexto semântico de uma teoria positivista do conhecimento. Objetividade tem a ver, em termos epistemológicos, com segurança empírica das informações obtidas através de operações de pesquisa críticas em relação às fontes. Essas informações são constituídas pelos assim chamados fatos: elas dizem que num determinado momento, num determinado lugar, algo aconteceu de determinada forma, por determinadas razões. Um fato é uma resposta às perguntas “– quando? – onde? – o quê? – como? – por quê?” Tal fato não possui nenhum sentido histórico específico em si mesmo, mas só o adquire num relação temporal e simultaneamente semântica com um outro fato. Essa relação se concretiza através da interpretação histórica. Para concretizar essa historização dos fatos a interpretação histórica utiliza princípios de sentido que têm um *status* ontológico totalmente diferente do que os próprios fatos. Comparados com a pura facticidade do conteúdo informativo das fontes, eles constituem algo mais e algo diferente do que o puramente fático dentro da relação narrativa temporal, que só então confere aos fatos sua qualidade especificamente histórica. Para designar essa diferença, esse outro e esse *plus*, utiliza-se o termo ficcionalidade. Como a interpretação apresenta as relações especificamente históricas entre os fatos em uma forma narrativa, ela, como processo cognitivo, está muito próxima do processo de narração de uma história. Também isso se exprime através do termo “ficcionalidade”. O processo criador de sentido da interpretação histórica aparece sob o domínio dessa categoria como “um ato essencialmente poético”,²⁵ aproximando-se na sua essência da Literatura e das Artes Plásticas.²⁶

Ficcionalidade designa, portanto, o *status* ontológico e epistemológico daqueles elementos do conhecimento histórico e da escrita da

American Historical Profession. New York & Cambridge, 1988. Cf. a respeito Waechter, Mathias. “Die Objektivitätsfrage und die amerikanische Geschichtswissenschaft. Zur Debatte um Peter Novicks Buch”. *GWU*, n. 44, 1993, p. 181-188.

²⁵ White, Hayden. *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo, 1995, p. 12.

²⁶ Peter Burke escreveu sobre essa questão numa perspectiva histórica em “Geschichtsfakten und Geschichtsfiktionen”. *Freibeuter*, n. 62, 1994, p. 47-68.

História que vão além da pura facticidade do conteúdo informativo das fontes. O conceito só faz sentido sob o pressuposto inquestionado de uma epistemologia positivista. (O cerne dessa epistemologia é o de que somente fatos de facticidade pura de uma informação são “reais”. Tudo o mais é, conseqüentemente, algo diferente, isto é, “ficcional”). O termo ficcionalidade é, ao mesmo tempo, responsável por uma concepção amplamente difundida do método histórico que se restringe ao mecanismo e à tecnologia da crítica das fontes. Tudo aquilo que vai além desse procedimento metodológico do conhecimento histórico passa a ser não mais “racional”, mas algo diferente, isto é, ficcional. A operação mental que transforma a informação das fontes em uma seqüência narrativa com sentido e significado, em uma narrativa histórica, pode ser identificada como uma operação do narrar. A *Historik*, que pergunta pelos princípios dessa operação, vê-se, então, forçada a ir além da metodologia tradicional, que insiste (restrita à crítica das fontes) na objetividade, indo até a Poética e a Retórica da escrita da História e da representação histórica, que insiste na subjetividade. Quem poderia ficar surpreso se agora os princípios constitutivos da criação do sentido histórico passam a ser identificados como lingüísticos e estéticos?

Essa poetização do conhecimento histórico está intimamente relacionada com falta de uma metodologia da interpretação histórica.²⁷ A *Historik* não se dá conta de que a Ciência Histórica continua a empregar modelos interpretativos teoricamente mais ou menos explicitados quando alinha os fatos obtidos nas fontes dentro de uma relação histórica carregada de sentido.²⁸ O processo poético de criação de sentido narrativo inclui, no mínimo, procedimentos cognitivos que estão comprometidos com as regras metodológicas da pesquisa histórica. A escrita da História como processo do pensamento histórico que se distingue da pesquisa (mesmo que ambas estejam relacionadas de forma indissociável) nunca foi totalmente deixada de lado na reflexão teórico-histórica da Ciência Histórica, sempre que se tentava legitimar

²⁷ Essa deficiência já está presente no período-auge da autocompreensão científica da História – basta comparar as passagens mais significativas do *Lehrbuch* de Bernheim e a *Historik* de Droysen (Bernheim, Ernst. *Lehrbuch der historischen Methode* [1889] – 5 e 6 A: *Lehrbuch der historischen Methode und der Geschichtsphilosophie*. Leipzig, 1908 [reimpresso em New York em 1960]. Droysen, *Historik*).

²⁸ Rüsen, Jörn. *Rekonstruktion der Vergangenheit. Grundzüge einer Historik II: Die Prinzipien der historischen Forschung*. Göttingen, 1986.

suas ambições de objetividade, sua autocompreensão e seu prestígio como Ciência.²⁹ Mas ela quase sempre foi vista na relação, sim, até como dependente, da racionalidade metodológica da pesquisa histórica e seu papel constitutivo na tentativa de criar um sentido para a vivência com o passado, que estava na linha de frente da reflexão sobre a escrita da História na Retórica, deixou de ser considerado. Agora acontece o inverso: os meios racionais de pesquisa – quando ainda tematizados – aparecem como dependentes de procedimentos lingüísticos básicos de constituição de sentido ao se transformar as informações das fontes em uma história com sentido. Como se pode evitar a ambivalência desse ofuscamento recíproco entre racionalidade e estética?

4 Aproximação a um novo conceito de objetividade

A fim de fazer retornar ao pensamento histórico as ambições de verdade relacionadas com a concepção de objetividade, é necessário esclarecer primeiramente o significado do termo objetividade. Por objetividade pode-se entender duas coisas. Em primeiro lugar, trata-se de uma relação constitutiva do pensamento histórico com a vivência. Aquilo que é informado na história construída na forma de uma narração, seu conteúdo fáctico, portanto, não pode ser simplesmente inventado, mas sim está dado e deve ser levado em conta pelos historiadores com seu caráter de algo “objetivamente” dado. As operações racionais da pesquisa histórica baseiam-se nessa relação entre o pensamento histórico e os dados tendencialmente objetivos da vivência na interpretação histórica. *Vivência* constitui um limite definitivo da interpretação histórica: a interpretação histórica não pode ultrapassar os limites da vivência ao fazer afirmações sobre o que aconteceu no passado, quando, onde, como e por que algo se deu ou não. Essa relação com a vivência não exclui, em absoluto, impulsos constitutivos subjetivos que os historiadores introduzem quando lidam empiricamente com o passado.

²⁹ Cf. Rüsen, Jörn. *Zeit und Sinn. Strategien historischen Denkens*. Frankfurt/M, 1990, p. 135 e segs. Sobre o papel constitutivo da Literatura e da Estética para o processo de surgimento de uma História que se entende como ciência cf. Fulda, Daniel. *Wissenschaft als Kunst. Die Entstehung der modernen deutschen Geschichtsschreibung, 1760-1860*. Berlin, 1996.

Num segundo sentido, objetividade chega a coincidir com esse lado “subjetivo” da interpretação histórica. Nesse caso, objetividade significa uma forma dessa própria subjetividade, isto é, a validade intersubjetiva da interpretação histórica. Em primeiro lugar, essa objetividade – entendida como intersubjetividade – significa que a interpretação histórica não pode, no processo de interpretação histórica, empregar de forma arbitrária elementos subjetivos de sentido histórico, ao colocar as informações das fontes numa relação com sentido dentro de uma narração histórica, estabelecendo que a História é uma relação com sentido entre passado e presente que, tendencialmente, se orienta em direção ao futuro. Esse sentido de objetividade refere-se à relação da interpretação histórica com o discurso cultural da respectiva vida social dentro da qual a narração histórica é gestada e definida, à qual ela se refere e dentro da qual ela exerce o seu papel de orientação da vida prática. Objetividade significa que a vivência histórica pode ser interpretada em relação a esses três aspectos (constituição, destinação e função prática), de tal forma que haja bons motivos para aceitar determinada narração histórica e rejeitar outra. Há bons motivos para que aqui se fale de “Razão”: existem princípios de interpretação com os quais todo e qualquer historiadora ou historiador está comprometida[*o*] enquanto ela ou ele quer construir uma narração histórica que seja válida para além do puro arbítrio ou de um vale-tudo.³⁰

A ambição de objetividade que se refere à relação constitutiva do pensamento histórico com a vivência pode ser facilmente fundamentada com o recurso às estratégias definidas pela disciplina em sua pesquisa histórica. Indubitavelmente, porém, a metodologia histórica é simultaneamente influenciada – sim, até depende – de aproximações heurísticas em relação à vivência histórica e que incluem elementos constitutivos de subjetividade. Trata-se, nesse caso, em especial, de pontos de vista sobre o sentido da relação especificamente histórica entre passado e presente. Isso, no entanto, de forma alguma impede que se reivindique, mediante a racionalidade da pesquisa, uma validade que não deixe dúvidas de que o conteúdo das informações busca-

³⁰ A respeito do conceito de Razão cf. as considerações básicas de Welsch, Wolfgang. *Vernunft: Die zeitgenössische Vernunftkritik und das Konzept der transversalen Vernunft*. Frankfurt/M, 1996.

das nas fontes exerce um papel importante como limite do jogo subjetivo na interpretação histórica.³¹

No que tange ao sentido de objetividade como intersubjetividade as coisas são diferentes. Há uma questão aberta, e se discute muito se, de forma semelhante, existe uma racionalidade estritamente metodológica nos processos através dos quais as informações das fontes são colocadas numa relação narrativa com sentido de uma história. Mas não se deveria esquecer que existem, no mínimo, *critérios racionais de intersubjetividade que garantem a consistência e coerência de uma narrativa histórica*. Essa consistência deve ser averiguada em relação aos princípios de intersubjetividade como condição necessária para a plausibilidade ou “verdade” de uma narração histórica.

Para que se possa chegar mais perto dessa verdade é conveniente distinguir entre duas dimensões de consistência de uma narração histórica: uma teórica e outra prática.

Coerência teórica refere-se ao modelo de atribuição de significado na interpretação histórica e de sua relação com o conteúdo das fontes. A teoria pós-moderna da História tem-se concentrado, principalmente, em descrever metáforas como elementos básicos da constituição do sentido histórico. Através delas a vivência do passado é transformada em uma história do presente com sentido³². A racionalidade metodológica da Ciência Histórica, no entanto, já produziu uma transformação, sim, uma *superação de metáforas em conceitos e teorias*.³³ Com uma ceneceitualização dessas, a interpretação histórica

³¹ Appleby, Joyce & Hunt, Lynn & Jacob, Margaret. *Telling the thruth about History*. New York, 1994. Bevir, Mark. “Objectivity in History”. *History and Theory*, n. 33, 1994, p. 328-344. Gossman, Lionel. *Between History and Literature*. Cambridge/MA, 1990. Kocka, Jürgen. *Sozialgeschichte: Begriff – Entwicklung – Probleme*. 2. ed., Göttingen, 1986, p. 40-47 (“Objektivitätskriterien in der Geschichtswissenschaft”). Koselleck, Reinhardt & Mommsen, Wolfgang & Rüsen, Jörn (eds.). *Objektivität und Parteilichkeit. Aufsätze zur Geschichtstheorie*. Göttingen, 1975.

³² Cf. Ankersmit, Frank. *History and Tropology. The rise and fall of metaphor*. Berkeley, 1994.

³³ Infelizmente os debates mais centrais no âmbito da *Historik* cessaram. Cf. Kocka, Jürgen & Nipperday, Thomas (eds.). *Theorie und Erzählung in der Geschichte* (Theorie der Geschichte. Beiträge zur Historik, v. 3). Munique, 1979. Kocka, Jürgen (ed.). *Theorien in der Praxis de Historiker. Forschungsbeispiele und ihre Diskussionen*. Göttingen, 1977. Meran, Josef. *Theorien in der Geschichtswissenschaft. Die Diskussion über die Wissenschaftlichkeit der Geschichte*. Göttingen, 1985.

adquire uma certa qualidade que caracteriza sua validade intersubjetiva. Gostaria de chamá-la sua *reconstrutibilidade*. Com isso quero dizer que a interpretação histórica, através de sua conceitualização, adquire uma transparência e uma clareza que possibilitam que a qualquer momento a argumentação que conduz a ela seja passível de ser testada, confirmada, refutada ou modificada através de uma argumentação superadora. É isso que Max Weber queria dizer com a conhecida frase: “É e continua sendo verdade que uma demonstração científica e metodologicamente correta no campo das Ciências Sociais – quando quer atingir seu objetivo – deve ser reconhecida como correta inclusive por um chinês”.³⁴ Essa transparência pode ser traduzida em uma regra metodológica da pesquisa histórica: a interpretação deveria ocorrer dentro de um contexto conceitual explicitado. Através de instrumentos conceituais localizados dentro de um formato mais ou menos teórico a interpretação histórica adquire um determinado grau de flexibilidade, que fortalece os elementos de *racionalidade explanatória* no narrar de uma história sobre o passado e com isso dá ao sentido dessa história uma forma argumentativa na qual ela é endereçada à competência racional daqueles a quem ela é narrada. Os processos mentais criativos da narratividade histórica adquirem a qualidade de uma estrutura narrativa e enriquecem o jogo mental da constituição do sentido histórico com as forças racionais da verificabilidade através da vivência, da coerência lógica e da força explicativa.

Coerência prática é uma qualidade da narração histórica através da qual ela se torna plausível ao cumprir sua função prática de orientação cultural da vida humana.³⁵ Mas, é possível encontrar *coerência e intersubjetividade* – isto é, sinais de *Razão* – nas profundezas da vida humana, onde os interesses, os conflitos, a ânsia pelo poder e a esmagadora força da aflição para granjear prestígio e reconhecimento social exercem um papel decisivo e onde as imagens do passado são configuradas de acordo com os fins do presente e as perspectivas com

³⁴ Weber, loc. cit., p. 23.

³⁵ Chris Lorenz dá esse passo da intersubjetividade teórica para a prática dentro de uma argumentação epistemológica em favor de um “realismo interno” do conhecimento histórico, que inclui a dimensão de valor do significado histórico. Lorenz, Chris. “Historical knowledge and historical reality: a plea for ‘internal realism’”. *History and Theory*, n. 33, 1994, p. 297-327. Cf. também Lorenz, Chris. *De constructie van het verleden. Een inleiding in de theorie van de deschiedenis*. 4. ed., Amsterdam, 1994, p. 282 e segs. (tradução alemã: *Eine Einführung in die Geschichtstheorie*. Colônia, 1997).

vistas ao futuro? A resposta é simples e clara: sem elementos discursivos de intersubjetividade uma vida humana prática seria simplesmente impossível. Estou pensando nos fatores culturais que habilitam seres humanos a resolver seus conflitos de forma pacífica: enfrentar as vivências, convencer-se através de argumentos e não pela violência, desenvolver e aceitar motivos que devem ser arrolados quando se pretende apresentar orientações para o âmbito da ação cultural.

Esses elementos podem ser especificados com vistas às mais sensíveis funções práticas do pensamento histórico: seu papel no processo de formação de identidade pessoal e social. Em analogia com a racionalidade metodológica que é produzida pela coerência teórica de uma narração histórica, existem também uma razão e uma racionalidade práticas na regulamentação de diferenças e tensões no processo de formação de identidade. Essa razão pode ser comprovada na luta política pelo poder e na estratégia conflituosa da formação de identidade como tentativa de atingir um equilíbrio viável entre autovalorização e reconhecimento social dentro da concepção da identidade histórica. Existe um meio cultural eficiente para que indivíduos e grupos possam encontrar seu lugar social em relação aos outros: estou pensando (nas sociedades modernas) na categoria de igualdade e na concepção, que lhe é próxima, de humanidade, que funcionam como regras para lidar culturalmente com as diferenças.

Essa categoria constitui uma contrapartida prática às forças teóricas de construção de sentido e que confere à narração histórica a já citada transparência argumentativa. Com a categoria da igualdade pode-se produzir uma tal transparência no campo prático da construção de identidade. Todo o moderno sistema de direito e de leis baseia-se nisso. Isso soa muito teórico diante dos problemas práticos de que se trata, mas é fácil mostrar quão relevante é essa argumentação abstrata para a vida prática. Pois, o que significa falta de intersubjetividade nos processos de construção de identidade histórica? É a falta do reconhecimento, uma marginalização, uma relação assimétrica entre comunidade³⁶ e alteridade. Igualdade como idéia reguladora supera essa deficiência de intersubjetividade.

Mas, para os fins de construção de identidade através da memória histórica a igualdade como categoria de intersubjetividade é, em princípio, insuficiente. Ela põe em movimento uma universalidade abs-

³⁶ *Gemeinsamkeit*, em alemão (N. T.).

trata de humanidade como princípio de constituição do sentido histórico que se encontra além da multiplicidade de diferenças dentro da qual a cultura concretiza a identidade humana. Nesse sentido, é necessário um princípio que vá além e que leve em conta essa multiplicidade sem abstrair dela, e que leve, portanto, em consideração os desafios da distinção como procedimento cultural necessário na constituição de identidade. Como toda identidade é particular, intersubjetividade com vistas à diferença de particularidades é uma questão de como essas particularidades podem e devem ser colocadas numa relação recíproca. Uma resposta estaria numa regra que regulamentasse a diferença entre identidades particulares segundo o princípio de que aqueles que estão no jogo devem reconhecer sua diferença em relação às outras dentro de si mesmas e que esse reconhecimento deve ser recíproco. A idéia reguladora da intersubjetividade como princípio metodológico de coerência prática na interpretação histórica é a do reconhecimento recíproco.³⁷

Essa idéia reguladora pode ser aplicada à operação cognitiva da interpretação histórica. Trata-se, nesse caso, do caráter perspectivístico de toda narração histórica. Interpretação histórica compromete-se então com uma perspectiva que, ou inclui a diferença de posições na qual se manifestam diferentes identidades, ou que utiliza outras perspectivas como complementares à sua, relacionadas a outras posições. A multiplicidade de posições e perspectivas, nesse caso, não constitui mais um argumento contra a objetividade, mas constitui, pelo contrário, sua concretização em vista da necessidade de coerência prática. Essa tese é controvertida. É que se pode tomar a pluralidade de perspectivas como negação estrita de objetividade, desacreditando-a como “*noble dream*”. Nesse caso, realmente não existe princípio regulador no que tange aos conflitos e coações entre perspectivas diversas, mas apenas um “*bellum omnium contra omnes*” ou um “*clash of civilizations*”,³⁸ que é decidido com as armas da narratividade histórica. No

³⁷ Cf. Taylor, Charles. *Multikulturalismus und die Politik der Anerkennung*. Frankfurt/M, 1993. Rüsen, Jörn. “Vom Umgang mit den Anderen – Zum Stand der Menschenrechte heute”. *Internationale Schulbuchforschung*, n. 15, 1993, p. 167-178. Rüsen, Jörn. “Human Rights from the perspective of an Universal History”. In: Schmale, Wolfgang (ed.). *Human Rights and Cultural Diversity. Europe – Arabic-Islamic World – Africa – China*. Frankfurt/M, 1993, p. 28-46.

³⁸ Huntington, Samuel. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro, 1997.

entanto, também existe uma outra concepção de pluralismo que é determinada pela regra geral da complementaridade, pela crítica recíproca na forma de uma argumentação transparente que apresente razões e que vise o reconhecimento recíproco. Creio que não há dúvida de que somente esta última concepção de pluralidade pode prevalecer como sensata e como objetividade no sentido da coerência prática das interpretações históricas.

Essa idéia reguladora da coerência prática tem conseqüências para o acesso heurístico à vivência histórica. Esse acesso sempre é viabilizado através de normas e valores voluntaristas que constituem o sentido histórico. Intersubjetividade prática é um desses valores e ela tem seu eco, sua resposta, na própria vivência do passado, já que História pode ser concebida como um processo através do qual esse princípio é buscado nas formas de vida humana, nas constituições, nos sistemas jurídicos e no comportamento social.

O eco da vivência histórica acrescenta à intersubjetividade, entendida como coerência teórica e prática de narrações históricas, a qualidade de objetividade no sentido de uma relação verdadeira com a vivência. História como vivência não é algo que seja externo aos sujeitos que narram. A vivência histórica simplesmente não está só objetivamente presente nos resíduos do passado com que os historiadores lidam em suas pesquisas nas fontes. A História já está dada na própria subjetividade da consciência histórica³⁹, e isso mais do que nos simples resíduos, pois os próprios sujeitos, suas formas reais de vida, não são outra coisa do que o resultado de um longo desenvolvimento temporal. Antes de se começar a pensar em História e antes que se desenvolva uma memória sobre ela, ela já está aí – dentro dos próprios sujeitos do pensamento e da memória históricos e de seus mundos de vida. Antes de o passado ser passado como passado – e essa é uma condição necessária para a construção cultural de orientação – o passado já é presente. E nesse presente do passado convergem a intersubjetividade como coerência prática e a objetividade no sentido de ter uma relação com a vivência. Nessa sua condição de algo dado o passado ainda não se tornou história; ele ainda não é passado; como

³⁹ Cf. a respeito sobretudo Carr, David. "Narrative and the real world: an argument for continuity". In: *History and Theory*, n. 25, 1986, p. 117-131. Carr, David. "Die Realität der Geschichte". In: Müller, Klaus E. & Rüsen, Jörn (eds.). *Historische Sinnbildung – Problemstellungen, Zeitkonzepte, Wahrnehmungshorizonte, Darstellungsstrategien*. Reinbeck, 1997.

história e passado – pode dizer-se – ele é invisível. Para torná-lo visível, deve-se estabelecer uma distinção entre as três dimensões de tempo e as operações mentais de consciência histórica devem ser postas em movimento. O resultado desse trabalho constitui então a representação histórica do passado. Esse, no entanto, só pode cumprir suas funções de orientação se não perder de vista a História invisível que somos nós mesmos. Só uma representação histórica do passado que leve mentalmente em conta essa História invisível possui a qualidade da objetividade, no qual o aspecto da vivência e o aspecto da interdisciplinaridade estão sintetizados e com isso também estão sintetizadas as dimensões teórica e prática da constituição do sentido histórico na relação entre passado e presente.

A ambição de objetividade contida nos procedimentos disciplinares do conhecimento histórico muitas vezes é encarado como se tivesse algo de necrológico. Muitos historiadores pensam que sua contribuição para a verdade só pode ser concretizada quando neutralizam sua representação do passado frente às lutas da vida de seu tempo. Essa neutralidade, no entanto, é um absurdo. Nenhuma narração histórica é possível sem uma perspectiva e sem os correspondentes critérios desse sentido. Esses critérios vêm da orientação cultural viva e eficaz da vida prática. Eles podem ter adquirido uma forma conceitual na qual uma boa parte de sua vitalidade se tenha perdido em favor da facticidade⁴⁰ da vivência histórica, mas mesmo assim eles carregam consigo traços dessa vida. Dessa forma, a objetividade histórica não exclui os traços coloridos da vida prática na representação histórica, mas pode ser entendida como um princípio pelo qual esses traços são organizados na sua vitalidade. Emoções, imaginação, poder e vontade são elementos necessários da constituição do sentido histórico.⁴¹ A ambição de objetividade não lhe rouba a vitalidade, mas pode fortalecer a vivência e a intersubjetividade na orientação cultural. Se o pensamento histórico oferecer isso, pode ajudar a tornar o fardo da vida um pouco mais suportável.

⁴⁰ No original está "*Gegeständlichkeit*". O autor sugeriu como alternativas: "*empirische Gegebenheit*", "*faktische Vorgegebenheit*", "*Dinghaftigkeit*" ou "*Seinsweise eines Dinges*" – daí a opção por "facticidade" (N. T.).

⁴¹ Cf. a esse respeito Schörken, Rolf. *Historische Imagination und Geschichtsdidaktik*. Paderborn, 1994. Além disso a exposição rica em material de Borries, Bodo von. *Imaginierte Geschichte. Die biographische Bedeutung historischer Fiktionen und Phantasien*. Colônia, 1996.